

Gruvi Tecnologias S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
Gruvi Tecnologias S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Gruvi Tecnologias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto mencionado na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gruvi Tecnologias S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 10, a Companhia possui ativos intangíveis relevantes, incluindo aplicativos desenvolvidos internamente, para os quais não nos foi disponibilizado estudo de recuperabilidade (“impairment”) que suportasse os valores contábeis registrados, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e CPC 04 – Ativo Intangível. Consequentemente, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto à recuperabilidade desses ativos, tampouco determinar se seriam necessários ajustes nos valores registrados e seus possíveis efeitos nas demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de junho de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC nº 1 SP 218398/O-1

GRUVI TECNOLOGIAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	13	9	Fornecedores		88	-
Impostos a recuperar	8	229	201	Impostos e contribuições a recolher		43	31
Outros ativos		40	29	Salários, férias e encargos sociais	11	372	347
Partes relacionadas	9	-	2	Partes relacionadas	9	5.194	8
Total do ativo circulante		282	240	Outros passivos		1	-
				Total do passivo circulante		5.698	386
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Ativo imobilizado	10	3	5	Provisão para riscos	13	16	-
Ativo Intangível	10	3.217	2.459	Total do passivo não circulante		16	-
Total do ativo não circulante		3.220	2.464				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	12	5.271	5.271
				Prejuízos acumulados		(7.482)	(2.952)
				Total do patrimônio líquido		(2.211)	2.319
TOTAL DO ATIVO		3.503	2.704	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.503	2.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUVI TECNOLOGIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA		42	-
LUCRO BRUTO		42	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas com vendas, gerais e administrativas	15	(4.460)	(2.044)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		(4.418)	(2.044)
Despesas financeiras	16	(122)	(9)
Receitas financeiras	16	10	189
RESULTADO FINANCEIRO		(112)	180
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(4.530)	(1.863)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(4.530)	(1.863)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUVI TECNOLOGIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(4.530)	(1.863)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	<u>(4.530)</u>	<u>(1.863)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUVI TECNOLOGIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital acumulados	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		5.271	6	(1.094)	4.183
Aumento de capital social					
Prejuízo do exercício		-	-	(1.864)	(1.864)
Destinação do lucro:					
Reserva de retenção de lucros	12 (b)	-	(6)	6	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		5.271	-	(2.952)	2.319
Prejuízo do exercício		-	-	(4.530)	(4.530)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		5.271	-	(7.482)	(2.211)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUVI TECNOLOGIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.530)	(1.863)
Depreciação e amortização	10	153	27
Baixa de ativo imobilizado e intangível	10	13	-
Provisão para riscos	14	16	-
Variações no ativo e passivo:			
Redução em outros ativos		(10)	(15)
Redução em impostos a recuperar	8	(29)	(102)
Aumento (Redução) em fornecedores		88	(5)
Aumento (Redução) Salários, Férias e Encargos Sociais	11	26	(71)
Aumento (Redução) em Impostos e contribuições a recolher		13	(11)
Aumento (Redução) Partes Relacionadas	9	96	5
Aumento (Redução) em outros passivos		1	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(4.164)	(2.035)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e Intangível	10	(922)	(1.195)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(922)	(1.195)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de Mútuos	9	5.090	-
Caixa líquido gerado nas atividades de mútuo		5.090	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		4	(3.230)
Saldo de caixa e equivalente de caixa inicial		9	3.239
Saldo de caixa e equivalente de caixa final		13	9
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		4	(3.230)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUVI TECNOLOGIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Gruvi Tecnologias S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede social no distrito de Sousas, em Campinas – SP, tendo seu registro deferido na junta comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 10 de maio de 2021.

A Companhia tem por objetivo o desenvolvimento e licenciamento de programas de computadores, consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet e atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral. O aplicativo Gruvi, iniciou sua fase operacional e de escala de usuários no encerramento do exercício de 2023. Atualmente, a administração adota uma estratégia de penetração de mercado, disponibilizando a plataforma de forma gratuita para acelerar a aquisição e retenção de usuários. Em decorrência disso, A Companhia ainda não registrou fluxos de caixa operacionais positivos mas mantém o foco no desenvolvimento tecnológico e no aprimoramento das funcionalidades visando a futura monetização da operação.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos acionistas em 12 de junho de 2026.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais estão apresentadas na nota explicativa nº 5.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo adequadamente evidenciadas e são consistentes com aquelas utilizadas na gestão da Companhia.

Continuidade operacional

A Administração, na data de aprovação das demonstrações financeiras, considera que a Companhia detém recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro previsível, pois conta com o apoio financeiro de seus acionistas. Embora apresente capital circulante líquido negativo, trata-se de obrigações com sua controladora, assim, a Administração entende que tal condição não compromete a continuidade operacional, tendo em vista o suporte financeiro mencionado. Além disso, não há conhecimento de incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Desta forma, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores (quando necessário), incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis sob as circunstâncias.

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem disponibilidades em moeda nacional, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou inferior a 90 dias na data da contratação. Estes recursos são mantidos em instituições financeiras de primeira linha (com *rating* de baixo risco), apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa para o gerenciamento de compromissos de curto prazo.

b) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15% de imposto de renda e 9% de contribuição social, acrescidas do adicional de 10% de imposto de renda sobre o lucro tributável excedente de R\$240 no ano.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) correntes correspondem aos encargos estimados sobre o lucro tributável do exercício, ajustados por tributos de períodos anteriores quando aplicável.

O montante é mensurado com base nas alíquotas sancionadas na data do balanço, representando a melhor estimativa do valor esperado a ser pago ou recuperado. No balanço patrimonial, esses valores são apresentados como ativos ou passivos fiscais, sendo compensados e demonstrados pelo valor líquido apenas quando a Companhia possui o direito legal de compensar antecipações de pagamentos com saldos devedores da mesma natureza.

c) Ativos intangíveis

i) Reconhecimento e mensuração

Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos incorridos na fase de pesquisa, voltados à obtenção de novos conhecimentos científicos ou técnicos, são reconhecidos integralmente como despesa no resultado do exercício quando incorridos.

Os custos gerados na fase de desenvolvimento de softwares e novas plataformas são capitalizados como ativos intangíveis quando: (i) possui viabilidade técnica para conclusão do ativo para uso ou venda; (ii) a intenção e disponibilidade de recursos técnicos e financeiros para concluir e utilizar o ativo; (iii) a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis; e (iv) a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados abrangem diretamente os gastos com pessoal e encargos das equipes de desenvolvimento e serviços de terceiros diretamente envolvidos nos projetos.

Após o reconhecimento inicial, os ativos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo histórico, deduzido da amortização acumulada. Os gastos de desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização acima descritos são registrados no resultado do exercício conforme incorridos.

ii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

<i>Classificação</i>	<i>Vida útil</i>
Custos de desenvolvimento capitalizados	10 anos

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

d) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte dos termos contratuais dos instrumentos, conforme previsto no CPC 48 (Instrumentos Financeiros). São mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto para instrumentos classificados ao valor justo por meio do resultado, cujos custos são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

e) Redução ao valor recuperável ("Impairment")

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso haja evidência de que o valor contábil possa não ser recuperável, o valor recuperável do ativo é estimado entre o maior valor entre o valor justo e o seu valor em uso.

O valor em uso é calculado com base na projeção de fluxos de caixa futuros, descontados a valor presente por uma taxa que reflita as condições vigentes de mercado, o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são revertidas caso as estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável tenham sido alteradas. A reversão é limitada ao valor contábil líquido (deduzido de depreciação ou amortização) que teria sido apurado caso a perda original não tivesse sido registrada em exercícios anteriores.

Não houve registro de perdas por "impairment" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

f) Provisões

A Companhia reconhece provisões quando há uma obrigação presente, seja ela legal ou não formalizada, decorrente de eventos passados, cuja liquidação resulte em uma provável saída de recursos e o montante possa ser estimado com confiabilidade.

As provisões são revisadas a cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa atual da Administração. Caso a saída de recursos não seja mais provável, a provisão é revertida.

6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

No exercício de 2025, a Companhia adotou as alterações e os novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma ou interpretação	Descrição
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão ("allowances") e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão ("allowances") e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro
Alterações ao CPC 02 (R2)	As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

Na data de autorização da emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Melhorias Anuais nas Normas Contábeis	Alterações nas normas CPC 37 (R1), CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 36 (R3) e CPC 03 (R2).	01/01/2026
Alterações ao CPC 48 e CPC 40	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01/01/2026
Alterações ao CPC 48 e CPC 40	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais	01/01/2026
CPC 51	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir mediante a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Contudo, exceto pelo CPC 51, cujos impactos estão sendo avaliados pela Companhia, a Administração não espera impactos significativos sobre as referidas demonstrações financeiras, em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Contas correntes	13	9
	13	9

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ a recuperar	201	84
CSLL a recuperar	-	4
IRRF sobre aplicações a recuperar	28	113
	<u>229</u>	<u>201</u>

10. PARTES RELACIONADAS

a) Controladora final grupo:

A controladora final da Companhia é a Superlógica Tecnologias S.A. (“Superlógica” ou “Grupo”). A Superlógica é a líder de um grupo de diversas empresas que atuam sob a mesma gestão, no qual a Companhia é parte. A seguir a relação das empresas do grupo:

	<u>País</u>
PJBank Pagamentos S.A.	Brasil
Gruvi Tecnologia S.A.	Brasil
Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A.	Brasil

b) Operações entre companhias

Durante o exercício, são realizadas atividades administrativas compartilhadas entre as empresas do mesmo grupo econômico, cujos custos e despesas são reembolsados mensalmente por meio de notas de débito. Adicionalmente, em 2025, a Companhia firmou um contrato de mútuo financeiro com sua controladora, Superlógica Tecnologias S.A., com vencimento em 31 de dezembro de 2026 e sem incidência de juros. Os saldos decorrentes dessas operações em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Contas a receber</u>		
Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A.	-	2
	<u>-</u>	<u>2</u>
<u>Contas a pagar</u>		
Mútuo - Superlógica Tecnologias S.A.	(5.090)	-
Intercompany - Superlógica Tecnologias S.A.	(104)	(8)
	<u>(5.194)</u>	<u>(8)</u>

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração atribuída ao pessoal-chave da Administração inclui salários e benefícios de mercado. Os pagamentos são efetuados diretamente pela controladora Superlógica Tecnologias S.A. e repassados para as demais empresas do Grupo por meio de rateio de despesas.

11. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Custo do ativo imobilizado e intangível

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Custo</u>		
Máquinas e equipamentos	10	10
Projetos em desenvolvimento	3.393	2.484
Total do custo	<u>3.403</u>	<u>2.494</u>
<u>Amortização</u>		
(-) Amortização acumulada	(183)	(30)
Total da amortização	<u>(183)</u>	<u>(30)</u>
Saldo residual líquido	<u>3.220</u>	<u>2.464</u>

b) Movimentações do ativo imobilizado e intangível

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	2.464	1.296
(+) Adições	922	1.195
(-) Baixas	(13)	-
(-) Amortizações	(153)	(27)
Saldo no final do exercício	<u>3.220</u>	<u>2.464</u>

12. SALÁRIOS, FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e pró-labore a pagar	54	58
Provisão de férias e encargos	177	163
Participação nos lucros e resultados	82	82
Encargos sociais a recolher	59	44
	<u>372</u>	<u>347</u>

13. CAPITAL SOCIAL

	31/12/2025 e 31/12/2024		
	Qtd. Cotas (Mil)	R\$ mil	%
Gruvi Tecnologias S.A.			
Superlógica Tecnologias S.A.	1.271	1.271	85,01%
Alleric Participações Ltda.	149	2.000	10,00%
Intelbras S.A.	75	2.000	4,99%
Capital Social	<u>1.495</u>	<u>5.271</u>	<u>100%</u>

a) Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A Companhia não possui ações preferenciais.

b) Reserva Legal

É constituída obrigatoriamente para Companhias de sociedade anônima à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social quando então deixará de ser acrescida; ou poderá, a critério da Companhia, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante das Reservas de Capital, atingir 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 não foi constituído reserva legal.

c) Dividendos

O Acordo de Acionistas estabelece um dividendo mínimo correspondente a 24% do lucro líquido ajustado, após as deduções legais e eventuais constituições de reservas de contingências ou de lucros a realizar.

Conforme estabelecido na cláusula de "XI Dividendos" do Acordo de acionistas da Companhia, foi pactuado que não haverá distribuição de dividendos pelo prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data da assinatura do acordo em julho de 2021. Os acionistas formalizaram a obrigação de renunciar ao recebimento do dividendo mínimo obrigatório em cada Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada, independentemente da apuração de lucro passível de distribuição.

14. GERENCIAMENTO DO CAPITAL

A política da Companhia visa manter uma base de capital sólida para sustentar o desenvolvimento futuro dos negócios e assegurar a confiança de investidores, credores e demais participantes do mercado visando otimizar a relação entre o retorno sobre o capital e os níveis de alavancagem, preservando uma posição financeira saudável

15. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia constitui provisões para processos judiciais e administrativos em que, com base na opinião de seus assessores jurídicos e da Administração, a probabilidade de perda é avaliada como provável e o montante possa ser estimado com segurança. Em 31 de dezembro de 2025, a provisão totalizava R\$16, composta integralmente por contingências de natureza cível. Este montante está registrado no passivo para fazer face às prováveis saídas de recursos financeiros para liquidação dessas obrigações.

16. DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos	(1.245)	(1.540)
Depreciações e amortizações	(152)	(27)
Administrativas (a)	(2.635)	(476)
Softwares	(428)	-
Resultado custos e despesas	<u>(4.460)</u>	<u>(2.044)</u>
Demonstração do resultado do exercício:		
Despesas com vendas, gerais e administrativas	<u>(4.460)</u>	<u>(2.044)</u>
Resultado custos e despesas	<u>(4.460)</u>	<u>(2.044)</u>

- (a) Administrativas: São compostas principalmente por despesas compartilhadas (cost sharing) e demais despesas necessárias à manutenção das atividades.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita financeira:		
Rendimentos s/ aplicação financeira	10	189
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(99)	(5)
Juros e multas passivos	(23)	(4)
Resultado financeiro	<u>(112)</u>	<u>180</u>

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados ao valor justo. Todos os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados ao custo amortizado e não há complexidade em sua mensuração.

Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados.

a) Classificação contábil

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	13	9
Partes relacionadas	-	2
Passivos financeiros:		
Fornecedores	88	-
Partes relacionadas	5.194	8

Considerando os prazos e as características desses instrumentos, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado refere-se à possibilidade de oscilações nos preços e taxas de mercado - como taxas de juros e índices inflacionários - impactarem o resultado do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. A Companhia não está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que não possui aplicações financeiras com taxas de juros pós-fixadas e não possui empréstimos bancários.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia enfrentar dificuldades no cumprimento de obrigações associadas a passivos financeiros liquidados em caixa ou outros ativos. A Companhia ainda está em fase pré-operacional e não está exposta ainda aos riscos financeiros de crédito e/ou de liquidez.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não foram identificados eventos subsequentes entre 31 de dezembro de 2025 até a data de aprovação da emissão desta demonstração financeira.